

CIDADE

Mutirão oftalmológico gratuito previsto para esta semana em Jataí é cancelado; organização diz que Prefeitura pediu alvará e CNPJ do projeto



Exame de vista com refrator, equipamento usado em consultas oftalmológicas. Imagem ilustrativa. Foto: Força Aérea dos EUA/Wikimedia Commons (domínio público)

O Mutirão Oftalmológico do Projeto Olhar+, que estava previsto para esta quarta-feira (21) até sexta-feira (23) de outubro em Jataí, foi cancelado. O anúncio foi feito

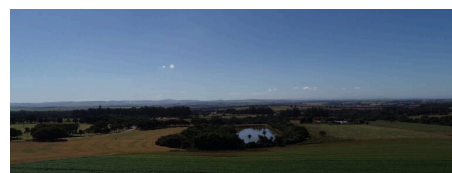
pela própria organização, em comunicado divulgado nas redes sociais. Segundo o material de divulgação,...



Palácio do Planalto, em Brasília. Foto: Annemariebr (domínio público), via Wikimedia Commons



Palácio das Esmeraldas, sede do Governo de Goiás, em Goiânia. Foto: Aoaassis (domínio público), via Wikimedia Commons



Lavoura vista do alto; imagem ilustrativa. Foto: Leonardo P. de Magalhães (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

POLÍTICA

Mensagens revelam que lobista sugeriu pagar salário a Lulinha em ONG ambiental para atrair verba do Fundo Amazônia: “toma lá, dá cá”; caso está em inquérito no STF

Mensagens obtidas pelo portal Metrôpoles mostram que a lobista Roberta Luchsinger, que...

ESTADO

Daniel Vilela anuncia férias no início de novembro, e presidente do TJGO deve assumir o governo de Goiás; sem vice, chefe da Alego também vai se afastar

O governador Daniel Vilela (MDB) anunciou que vai tirar férias na primeira...

AGRO

Herbicida errado destrói 100 hectares de milho em Mineiros e causa prejuízo de R\$ 900 mil; Justiça do Trabalho mantém justa causa do funcionário que não conferiu o rótulo

Um trabalhador rural de Mineiros, no Sudoeste Goiano, aplicou o defensivo errado...

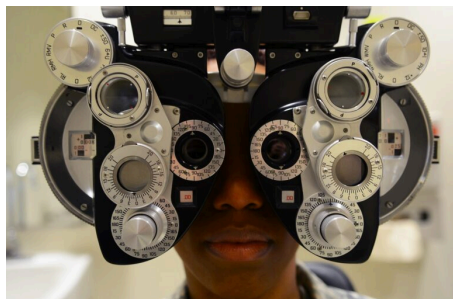
NESTA EDIÇÃO

Cidade	2
Política	1
Estado	1
Agro	1
Economia	1

Judiciário	1
Saúde	1
Meio Ambiente	1
Esportes	1
Nacional	1

Variedades	1
Entreterimento	1
Diversos	1
Publicações legais do mês	3

Mutirão oftalmológico gratuito previsto para esta semana em Jataí é cancelado; organização diz que Prefeitura pediu alvará e CNPJ do projeto



Exame de vista com refrator, equipamento usado em consultas oftalmológicas. Imagem ilustrativa. Foto: Força Aérea dos EUA/Wikimedia Commons (domínio público)

O Mutirão Oftalmológico do Projeto Olhar+, que estava previsto para esta quarta-feira (21) até sexta-feira (23) de outubro em Jataí, foi cancelado. O anúncio foi feito pela própria organização, em comunicado divulgado nas redes sociais.

Segundo o material de divulgação, a unidade móvel de oftalmologia atenderia das 8h às 17h na Igreja Sara Nossa Terra, na Avenida Brasil, 500, no Centro, em frente ao Batalhão da Polícia Militar. A programação incluía consulta com oftalmologista, receitas gratuitas e encaminhamento para cirurgias, com senhas distribuídas por ordem de chegada.

O QUE DIZ A ORGANIZAÇÃO

De acordo com o comunicado, a decisão veio depois de uma denúncia encaminhada à Vigilância Sanitária. A organização afirma que, na visita dos agentes, “não foi encontrada nenhuma irregularidade”, mas que a Prefeitura de Jataí solicitou o Alvará de Funcionamento e o CNPJ do Projeto Olhar+, que tem sede em Jataí.

Ainda segundo a organização, não foi possível obter o CNPJ a tempo, e por isso o projeto ficou impedido pela Prefeitura de seguir com o mutirão neste momento. O comunicado lamenta os transtornos à população que aguardava consultas, encaminhamentos e receitas, e não informa nova data para os atendimentos.

O QUE DIZ A PREFEITURA

Até a publicação desta matéria, a Prefeitura de Jataí não havia divulgado nota sobre o cancelamento em seu site oficial. O espaço está aberto para manifestação da Prefeitura e da Vigilância Sanitária municipal.

Fonte: comunicado oficial do Projeto Olhar+, divulgado nas redes sociais em 21 de outubro de 2026.

Publicado às 18h01 · diariodejatai.com.br/?p=19870

Prefeitura de Jataí renova sem licitação contrato de consultoria tributária com escritório de advocacia de Goiânia; segundo ano custa R\$ 150,3 mil

A Prefeitura de Jataí renovou por mais um ano, sem licitação, o contrato com o escritório goianiense Luzimar Pereira da Silva Moraes Sociedade Individual de Advocacia para prestar consultoria e assessoria tributária à Secretaria Municipal da Fazenda. O segundo ano vai custar R\$ 150.366,02, cerca de R\$ 12,5 mil por mês, 4,4% a mais que os R\$ 144 mil pagos no primeiro ano.

O extrato do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 249/2025 saiu na página 11 da edição 3268 do Diário Oficial Eletrônico do Município, de 19 de outubro. O aditivo foi assinado em 2 de outubro, prorroga a vigência até 20 de outubro de 2027, renova os quantitativos e aplica reajuste aos valores iniciais. A justificativa, segundo o extrato, está no Processo Administrativo nº 48.830/2026, que não foi publicado. A despesa sai da dotação 04.123.0439.2.019, de serviços técnicos da administração financeira.

CONTRATAÇÃO SEM CONCORRÊNCIA DESDE O INÍCIO

O contrato original nasceu da Inexigibilidade de Licitação nº 44/2025 (Processo nº 34.369/2025). O ato declaratório, assinado em 2 de outubro de 2025 pelo secretário da Fazenda e ordenador de despesas, João Geraldo de Souza Braga, e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), enquadrou a contratação no artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei 14.133/2021, que dispensa a disputa para serviços técnicos especializados prestados por profissionais de notória especialização.

Entre as razões listadas no ato estão a necessidade de preparar a Fazenda municipal para a Reforma Tributária (Emenda Constitucional 132/2023), a experiência da sociedade “na área e no exercício de assessorias públicas” e o fato de

o escritório “inspirar elevado grau de confiança à atual Administração”. O texto reproduz trechos de doutrina e de uma decisão do Tribunal de Contas de São Paulo de 1995, ainda baseados na antiga Lei 8.666/1993. O ato não menciona pesquisa de preços com outros escritórios; diz apenas que a proposta “espelha valor mensal dentro do princípio da economicidade”.

Segundo o registro do contrato no PNCP, o objeto inclui consultoria tributária, capacitação e orientação técnica dos servidores sobre a Reforma Tributária, gestão do IBS e da CBS (os novos tributos sobre consumo), auditoria contábil e fiscal, fiscalização de segmentos especializados do ISS e identificação de omissões de receitas tributárias do município. O primeiro ano, de 20 de outubro de 2025 a 20 de outubro de 2026, foi fixado em 12 parcelas de R\$ 12 mil.

O QUE DIZ O CONTRATO SOBRE A RENOVAÇÃO

O próprio contrato permite prorrogações sucessivas por até dez anos, mas condiciona cada uma ao “atesto de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração”, com possibilidade de negociação com a contratada. O reajuste previsto é pelo INPC, com data-base em junho de 2025. A convocação do escritório para assinar o aditivo já tinha sido publicada na edição 3260, de 6 de outubro.

Nem o extrato nem o PNCP trazem o relatório dos resultados do primeiro ano, como o valor de receitas omitidas que tenham sido identificadas ou recuperadas com a ajuda da consultoria, nem o documento que atestou a vantajosidade dos preços. Também não há registro de que a Prefeitura tenha comparado a proposta com a de outros escritórios antes de renovar.

CONTEXTO

A Reforma Tributária é uma mudança real e complexa para os municípios. O ISS, principal imposto municipal sobre serviços, será substituído aos poucos pelo IBS, dividido entre estados e municípios, e a transição já começou em 2026, com alíquotas de teste. Prefeituras de todo o país vêm contratando treinamento e assessoria para se adaptar. A contratação de serviços jurídicos e de consultoria por inexigibilidade é permitida pela lei, desde que o processo comprove a notória especialização e a natureza do serviço, e não a simples confiança do gestor, ponto que costuma ser cobrado pelos tribunais de contas.

Ficam em aberto perguntas que só a Prefeitura pode responder: quais foram os resultados do primeiro ano de contrato, quanto já foi pago ao escritório e se houve cotação com outros prestadores antes da

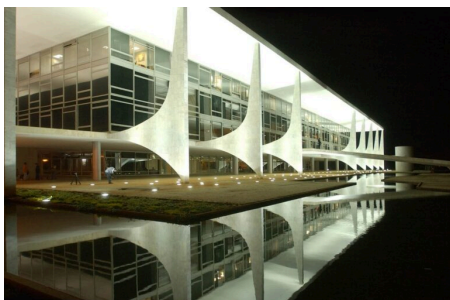
renovação. O espaço está aberto para manifestação da Prefeitura de Jataí, da Secretaria Municipal da Fazenda e do escritório contratado.

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do Município de Jataí, edição 3268 e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19815

POLÍTICA

Mensagens revelam que lobista sugeriu pagar salário a Lulinha em ONG ambiental para atrair verba do Fundo Amazônia: “toma lá, dá cá”; caso está em inquérito no STF



Palácio do Planalto, em Brasília. Foto: Annemariebr (domínio público), via Wikimedia Commons

Mensagens obtidas pelo portal Metrôpoles mostram que a lobista Roberta Luchsinger, que se apresentava como sócia de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, sugeriu a um empresário ligado à petroquímica Unigel que oferecesse ao filho mais velho do presidente Lula (PT) um cargo remunerado no conselho de uma ONG ambiental. O objetivo declarado, segundo as conversas, era atrair recursos do Fundo Amazônia.

A reportagem, da coluna de Andreza Matais, foi publicada na terça-feira (20). Em uma das mensagens, de 2023, Luchsinger escreve ao empresário Léo Slezzynger:

“Chama p o conselho. Paga um salário de conselheiro. Faz ele atuar para você. Você acha que o pai dele vai querer beneficiar qual fundo? O que o filho é conselheiro e que recebe por isso. Funciona assim... toma lá, dá cá”.

O QUE DIZEM AS CONVERSAS

Segundo o Metrôpoles, em 20 de abril de 2023 a lobista enviou a Slezzynger a notícia de que o governo dos Estados Unidos, então sob Joe Biden, anunciaria US\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia, e cobrou pressa na criação de uma entidade apta a receber doações. O empresário respondeu que já tinha uma estrutura pronta. Em 21 de maio, ele apresentou o organograma da ONG Brasil Climate Change (Bracc), com Lulinha, a então ministra Marina Silva e a própria Luchsinger no conselho estratégico.

Ainda de acordo com as mensagens, Lulinha demonstrou dúvida sobre a possibilidade de integrantes do governo ocuparem funções numa entidade privada, e o empresário disse que verificaria a questão. Em julho de 2023, Slezzynger agradeceu a Lulinha pela atuação junto ao presidente em assuntos da Unigel, e o filho de Lula respondeu que estava torcendo pelo resultado. A Unigel tinha firmado com a Petrobras um contrato de processamento de gás natural que depois foi anulado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por considerá-lo prejudicial à estatal.

INVESTIGAÇÃO NO SUPREMO

As suspeitas de tráfico de influência envolvendo a Unigel são investigadas em

inquérito sigiloso no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Flávio Dino. A reportagem não comprova que a ONG tenha recebido dinheiro do Fundo Amazônia nem que Lulinha tenha aceitado o cargo ou recebido salário. Dos US\$ 500 milhões anunciados, só cerca de US\$ 100 milhões foram aprovados pelo Congresso americano e repassados. A ONG criou um site em 2025 e chegou a planejar um evento em Paraty (RJ), que foi adiado.

Roberta Luchsinger já é investigada pela Polícia Federal no caso das fraudes no INSS, por ter recebido R\$ 1,5 milhão do empresário conhecido como “Careca do INSS”; ela nega ter repassado valores a Lulinha. Na semana passada, depois de Lula chamá-la de “pilantra” em entrevista, a lobista disse à CNN Brasil que Lulinha é “covarde como o pai”. Na ocasião, a Secretaria de Comunicação da Presidência afirmou que Lula desconhece os fatos narrados por ela.

O tema chega à campanha a quatro dias do segundo turno, marcado para domingo (25), em que Lula disputa a reeleição contra o senador Flávio Bolsonaro (PL). Até a publicação das reportagens de origem, não havia manifestação de Lulinha nem de sua defesa sobre as mensagens relativas à ONG. O espaço está aberto para os citados.

Com informações de: Jornal Opção, Metrôpoles e Poder360

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19819

Daniel Vilela anuncia férias no início de novembro, e presidente do TJGO deve assumir o governo de Goiás; sem vice, chefe da Alego também vai se afastar



Palácio das Esmeraldas, sede do Governo de Goiás, em Goiânia. Foto: Aoaassis (domínio público), via Wikimedia Commons

O governador Daniel Vilela (MDB) anunciou que vai tirar férias na primeira semana de novembro e que,

nesse período, o comando do Estado deve ficar com o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), desembargador Leandro Crispim. A passagem do cargo ao chefe do Judiciário é rara e acontece porque Goiás está sem vice-governador e o presidente da Assembleia Legislativa também deve se licenciar.

O anúncio foi feito na terça-feira (20), em Aparecida de Goiânia, durante a inauguração do novo Fórum Cível da comarca. Segundo o governador, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), deputado Bruno Peixoto (União Brasil), também vai se afastar no mesmo período. As datas exatas e a duração dos afastamentos ainda dependem de formalização.

POR QUE O DESEMBARGADOR ASSUME

Pela regra de sucessão, o substituto do governador é primeiro o vice-governador, depois o presidente da Assembleia e, na falta dos dois, o presidente do Tribunal de

Justiça. Daniel Vilela era o vice e assumiu o governo quando Ronaldo Caiado (PSD) deixou o cargo para disputar a Presidência da República. Desde então, o posto de vice está vago, e Bruno Peixoto é o primeiro da linha de sucessão.

Com o afastamento simultâneo do governador e do presidente da Alego, caberá a Leandro Crispim exercer interinamente o Executivo. A interinidade é provisória: Daniel Vilela retoma o governo assim que terminar as férias.

FIM DE MANDATO E TRANSIÇÃO

O anúncio ocorre na reta final do mandato. O novo governador eleito toma posse em 1º de janeiro de 2027. Nas últimas semanas, a Alego também começou a discutir a sucessão interna da Casa para a próxima legislatura e recebeu do Executivo o projeto da Lei Orçamentária de 2027, com previsão de cerca de R\$ 53 bilhões.

Com informações de: Mais Goiás

Publicado às 12h33 · diariodejатаi.com.br/?p=19817

AGRO

Herbicida errado destrói 100 hectares de milho em Mineiros e causa prejuízo de R\$ 900 mil; Justiça do Trabalho mantém justa causa do funcionário que não conferiu o rótulo



Lavoura vista do alto; imagem ilustrativa. Foto: Leonardo P. de Magalhães (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Um trabalhador rural de Mineiros, no Sudoeste Goiano, aplicou o defensivo errado numa lavoura de milho e provocou a perda de cerca de 100 hectares, com prejuízo estimado em R\$ 900 mil. Demitido por justa causa, ele foi à Justiça contestar a punição, mas a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-GO) manteve a demissão por unanimidade.

Segundo o processo, o funcionário preparava uma mistura de produtos e, em vez do fungicida indicado para a plantação, usou um herbicida à base de haloxifope. Essa substância é usada justamente para eliminar o milho que nasce no meio das lavouras de soja, o chamado milho tiguera. Aplicado sobre o milharal, o produto matou as plantas.

O QUE ALEGOU O TRABALHADOR

Na ação, o empregado afirmou que não recebeu treinamento específico, que havia falhas no controle do depósito de produtos, ao qual outras pessoas também tinham acesso, e que estava sob pressão para terminar o serviço. Disse ainda que não teve intenção de causar o prejuízo. Durante o processo, porém, ele reconheceu que preparou a mistura sem conferir o rótulo da embalagem, que conhecia o herbicida, já o tinha usado em soja e sabia que ele não podia ser aplicado no milho.

A empresa apresentou análise de laboratório que encontrou haloxifope na lavoura e laudo agrônomo ligando a aplicação à morte das plantas, além de comprovar que o trabalhador havia participado de treinamento sobre prevenção de acidentes com defensivos. Para a relatora, desembargadora Wanda Lúcia Ramos, deixar de conferir o rótulo foi

negligência grave, e o tamanho do dano justificou a justa causa mesmo sem advertências anteriores.

PREJUÍZO NÃO SERÁ COBRADO DO EMPREGADO

A decisão não condenou o trabalhador a pagar os R\$ 900 mil. O contrato permitia apenas descontar prejuízos de eventuais créditos trabalhistas reconhecidos no processo, mas, como todos os pedidos dele foram rejeitados, não houve valores a compensar. Além da reversão da justa causa, ele pedia adicional de insalubridade, horas extras e um prêmio pela safra de milho, também negado, porque a perda da lavoura impediu o resultado esperado.

LIÇÃO PARA A FAZENDA

O caso serve de alerta para produtores de Jataí e de todo o Sudoeste, onde o milho segunda safra e a soja dividem o mesmo calendário e, muitas vezes, o mesmo depósito de insumos. Agrônomos recomendam separar fisicamente os produtos por cultura, identificar as embalagens, manter receituário agrônomo e registro de cada mistura, e exigir dupla conferência antes do preparo da calda. A legislação também obriga o empregador a oferecer treinamento a quem manuseia agrotóxicos, conforme a Norma Regulamentadora 31.

ECONOMIA

Orçamento de Goiás para 2027 prevê R\$ 53 bilhões e começa a tramitar na Alego; cada deputado deve ter cerca de R\$ 14 milhões em emendas



Palácio Maguito Vilela, sede da Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia. Foto: Fronteira (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de Goiás para 2027, com previsão de aproximadamente R\$ 53 bilhões em receitas e despesas, começou a tramitar na Assembleia Legislativa (Alego) na terça-feira (20). A proposta foi enviada pelo governo estadual em 30 de setembro e passou por análise técnica antes de ser lida em plenário.

“É um orçamento que está dentro da realidade”, afirmou o presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (União Brasil). A relatoria ficou com o deputado Wagner Neto (Solidariedade). O líder do governo na Casa, Tales Barreto (União Brasil), disse que o cronograma de votação será definido depois que o relator começar a analisar o texto.

EMENDAS DOS DEPUTADOS

Segundo Tales Barreto, o percentual reservado às emendas parlamentares individuais continua em 1,2% da receita. Ele estimou o valor por deputado em cerca de R\$ 14 milhões, mas disse não ter o número exato. O líder descartou, por enquanto, ampliar o percentual para 2% na próxima legislatura. “Eu trabalho com a tese de manter 1,2% e seguir as orientações do governador Daniel Vilela”, afirmou.

As emendas individuais permitem que cada deputado indique para onde vai parte do dinheiro, como obras e equipamentos em municípios. Elas são de execução obrigatória, dentro das regras da Constituição estadual.

DEVOLUÇÃO DE R\$ 100 MILHÕES

Bruno Peixoto também anunciou que a Assembleia vai devolver mais R\$ 100

milhões ao Tesouro estadual na próxima semana, resultado de economia no orçamento do Legislativo. A destinação ainda não foi definida. Segundo ele, a Casa já devolveu mais de meio bilhão de reais ao Executivo, e cerca de R\$ 550 milhões foram aplicados em obras rodoviárias, como a duplicação da GO-462 e trechos entre Bela Vista de Goiás e Catalão.

O QUE É A LOA

A LOA estima as receitas e fixa as despesas do Estado para o ano seguinte, definindo quanto vai para saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e demais áreas. Durante a tramitação, os deputados podem apresentar emendas e mudar a distribuição dos recursos. A votação precisa ocorrer até o fim do ano legislativo. O calendário deste ano é apertado, por causa do encerramento da legislatura e das viagens previstas de parlamentares.

Para municípios do interior, como Jataí, o orçamento estadual define repasses para hospitais regionais, rodovias estaduais, escolas e programas sociais, além das emendas que os deputados destinam às cidades.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19835

POLÍCIA

Professora aposentada de 79 anos agredida perto do Parque Vaca Brava segue em coma, com quase todos os ossos do rosto fraturados; suspeito de 22 anos tem prisão preventiva



Parque Vaca Brava, no Setor Bueno, em Goiânia. Foto: Fronteira (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Uma professora aposentada de 79 anos permanece intubada e em coma na UTI do Hospital de Urgências de Goiás (Hugo), em Goiânia, depois de ser agredida no domingo (18) enquanto caminhava perto do Parque Vaca Brava, no Setor Bueno. Quase todos os ossos do rosto dela foram fraturados, e a equipe médica aguarda a estabilização do quadro para fazer uma cirurgia de reconstrução facial.

O suspeito, um homem de 22 anos, foi preso em flagrante logo após o ataque. Na audiência de custódia, a Justiça converteu a prisão em preventiva, sem prazo definido, considerando a gravidade da agressão e a necessidade de garantir a segurança da sociedade.

PEDIDO DE EXAME NEGADO

A Defensoria Pública, que representa o suspeito, pediu que ele fosse submetido a exame de sanidade mental. O pedido foi

negado: segundo a decisão, o juiz não viu, naquele momento, indícios suficientes que justificassem a avaliação. A defesa ainda pode renovar o pedido ao longo do processo. A Polícia Civil investiga as circunstâncias e a motivação do ataque. A prisão preventiva não representa condenação.

Além das fraturas no rosto, a vítima sofreu outros ferimentos. Ainda não há previsão para a cirurgia nem para a alta hospitalar. O sindicato dos professores repudiou a violência e cobrou punição.

TRÊS CASOS POR DIA

O caso chamou atenção para a violência contra idosos na capital. Goiânia registra, em média, três casos de violência contra pessoas idosas por dia, segundo levantamento citado pelo portal Mais Goiás. O Código Penal considera agravante o crime cometido contra pessoa com mais de 60 anos.

Casos de violência contra idosos podem ser denunciados pelo Disque 100, do governo federal, que funciona 24 horas e aceita

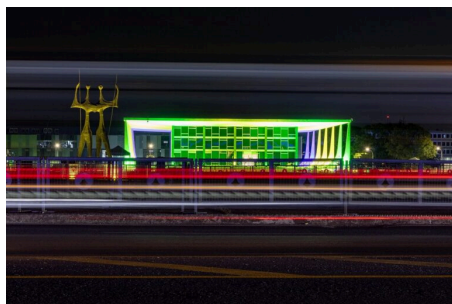
denúncias anônimas, pelo telefone 190 da Polícia Militar, em situações de emergência, ou em qualquer delegacia da Polícia Civil.

Com informações de: Mais Goiás e Jornal Opção

Publicado às 12h33 · diariodejатаi.com.br/?p=19831

JUDICIÁRIO

Com Senado eleito para fazer maioria contra o STF, parlamentares dizem que Moraes é o “alvo prioritário” de impeachment; ministros articulam escudo para Dino



Sede do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes. Foto: Falcão Alado (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Parlamentares do centrão e da direita têm dito a interlocutores do Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Alexandre de Moraes é o alvo prioritário de um processo de impeachment a partir de 2027, quando o Senado terá composição majoritariamente bolsonarista. Ao mesmo tempo, ministros da Corte e congressistas articulam poupar o ministro Flávio Dino, segundo reportagem da Folhapress publicada na terça-feira (20).

De acordo com a reportagem, o Senado terá a partir de fevereiro pelo menos 49 parlamentares que defendem o afastamento de magistrados do Supremo. A abertura de

um processo de impeachment exige 54 votos. A eleição da nova Mesa Diretora, em fevereiro, é vista por ministros como o momento decisivo, já que cabe ao presidente do Senado dar ou não andamento aos pedidos.

O QUE DIZEM OS SENADORES ELEITOS

A senadora eleita Bia Kicis (PL-DF) afirmou em entrevista que Moraes é o primeiro da lista, que não se pode “desprezar que poderão vir outros” e que, “se um for impichado, os outros vão se enquadrar”. O deputado federal e senador eleito Domingos Sávio (PL-MG) disse que Moraes já é suspeito de ilícitos no caso do Banco Master, o que, na visão dele, justificaria o impeachment. “No caso de outros ministros, a gente pode divergir de opinião ou dos votos dados, mas isso não é motivo para a cassação”, declarou.

Moraes é citado em investigações sobre a relação de autoridades com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Nesta semana, a Procuradoria-Geral da República rejeitou pedido do ministro para investigar o colega André Mendonça, que havia determinado apurações sobre mensagens de Vorcaro a um número atribuído a Moraes. Moraes rejeita as suspeitas e, em sessão do STF em setembro, afirmou que as diligências envolvendo seu nome foram abertas sem pedido da Polícia Federal ou da PGR.

O “ESCUDO” DE DINO

Segundo a Folhapress, o Supremo deve julgar ainda em 2026 uma liminar do

ministro Gilmar Mendes, de dezembro do ano passado, que mudou as regras do impeachment de ministros: a decisão exige dois terços dos votos do Senado para a condenação, e não maioria simples, e proíbe que o mérito de decisões judiciais seja usado como base para denúncia de crime de responsabilidade. Esse último ponto é tratado como o “escudo” de Dino. O presidente do STF, Edson Fachin, tem dito a interlocutores que, se o Senado abrir processo contra um ministro, caberá ao próprio Supremo a palavra final sobre a regularidade do ato.

Auxiliares de Dino e de Gilmar calculam ter maioria no plenário para manter a liminar, mas admitem que pode haver reação no Congresso, como o destravamento do projeto de lei sobre o tema, hoje parado na Comissão de Constituição e Justiça. O deputado e senador eleito Marcel Van Hattem (Novo-RS) também pretende recolher assinaturas para uma nova CPI da “Lava-Toga”, barrada em legislaturas anteriores.

Antes de chegar ao STF, Dino foi deputado federal, governador do Maranhão e senador por partidos de esquerda, e ministro da Justiça no governo Lula. Ministros ouvidos pela reportagem dizem que um juiz não pode ser punido por discordância de votos. A reportagem não registra manifestação de Moraes ou de Dino sobre as articulações.

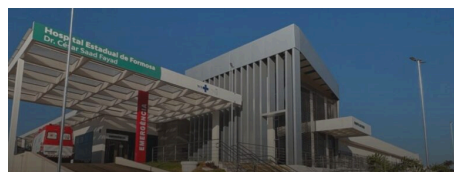
Com informações de: Folhapress, via A Voz das Cidades e CNN Brasil

Publicado às 12h33 · diariodejатаi.com.br/?p=19823

SAÚDE

Goiás investiu R\$ 1,2 bilhão na rede de hospitais estaduais do Entorno do DF; três unidades somam 280

leitos e atendem 1,8 milhão de pessoas



Hospital Estadual de Formosa. Foto: Divulgação/IMED (via O Cerradão)

Entre 2019 e 2025, a rede estadual de saúde no Entorno do Distrito Federal recebeu cerca de R\$ 1,2 bilhão em investimentos, segundo a Secretaria

de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO). O dinheiro foi usado para estadualizar hospitais, concluir obras e abrir novas estruturas, com o objetivo de evitar que moradores da região precisem viajar a Brasília ou Goiânia para fazer cirurgias, exames e internações.

Hoje a rede tem três hospitais, em Águas Lindas, Luziânia e Formosa, e uma policlínica, e atende uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes. Os hospitais somam 280 leitos: 205 clínicos e de enfermaria, 67 de UTI e oito de cuidados

intermediários neonatais. Todos têm maternidade.

UNIDADE POR UNIDADE

Águas Lindas: em funcionamento desde 2024, o Hospital Estadual de Águas Lindas (HEAL) é o maior da rede, com 132 leitos e 22 consultórios. São 40 leitos de UTI, divididos em 20 para adultos, dez pediátricos e dez neonatais. Com maternidade e UTI neonatal no mesmo prédio, gestantes e bebês podem ser acompanhados sem sair da região.

Luziânia: o Hospital Estadual de Luziânia (HEL) é referência para quase 900 mil moradores do Entorno Sul, com 61 leitos, sete deles de UTI, e especialidades como ortopedia, traumatologia e cirurgia geral.

Neste ano, já fez mais de 21 mil atendimentos no pronto-socorro, 150 mil exames, cerca de 3 mil cirurgias e aproximadamente 900 partos.

Formosa: o Hospital Estadual de Formosa (HEF), que atende também o Nordeste Goiano, tem 87 leitos, 20 de UTI. De janeiro a setembro de 2026, registrou 62.827 atendimentos no pronto-socorro, 5.311 internações, 2.616 cirurgias, 785 partos e 227.272 exames. A unidade tem projeto de expansão, com mais leitos, pronto-socorro geral e estruturas para trauma, pediatria e obstetrícia.

E O SUDOESTE?

A regionalização é a mesma estratégia que o Estado adota em outras regiões. No

Sudoeste Goiano, a referência estadual de média e alta complexidade é o Hospital Estadual de Jataí Dr. Serafim de Carvalho, que recebe pacientes de municípios vizinhos, ao lado da rede municipal. A SES-GO não informou, no balanço do Entorno, valores para outras regiões.

Os hospitais estaduais são administrados por organizações sociais contratadas pelo governo, que respondem por metas de atendimento fiscalizadas pela secretaria e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Fonte: O Cerradão

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19841

MEIO AMBIENTE

Emissões do Brasil caem ao menor nível desde 2012 com queda do desmatamento na Amazônia e no Cerrado; agropecuária segue como maior emissor



Caminhões soltam fumaça em rodovia. Foto: Arquivo/Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Brasil emitiu em 2025 cerca de 1,41 bilhão de toneladas líquidas de gases de efeito estufa, medidas em CO2 equivalente, 9% a menos que em 2024. É o menor valor líquido desde 2012, segundo a 14ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), divulgada nesta quarta-feira (21) pelo Observatório do Clima.

Sem descontar o carbono removido pela vegetação que volta a crescer e pelas áreas

protegidas, as emissões brutas foram de 2,06 bilhões de toneladas, queda de 6% em relação a 2024 e o menor volume desde 2018. Para o coordenador do Seeg, David Tsai, do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), os números mostram que o país cortou um quarto das emissões brutas em quatro anos.

DESMATAMENTO PUXA A QUEDA

A principal razão foi a redução do desmatamento, classificado no Seeg como mudança de uso da terra. As emissões brutas do setor caíram 15%, de 957 milhões para 814 milhões de toneladas. No cálculo líquido, a queda foi de 48%, de 311 milhões para 162 milhões de toneladas, o menor valor de toda a série. O levantamento atribui o resultado à redução recorde da derrubada de vegetação na Amazônia e no Cerrado, bioma que cobre a maior parte de Goiás.

OS OUTROS SETORES

- agropecuária: 626 milhões de toneladas, queda de 0,1%;
- energia: 427 milhões de toneladas, alta de 1,2%;
- processos industriais: 94 milhões de toneladas, alta de 0,2%;

- resíduos: 96 milhões de toneladas, alta de 3,6%, o maior aumento do ano.

A mudança de uso da terra respondeu por 39% das emissões brutas em 2025, e as emissões diretas da agropecuária, por 30%. Somadas as duas, que estão ligadas à atividade rural, a agropecuária é o maior emissor do país. O setor de energia vem em seguida, com 21%.

META PERTO DE SER CUMPRIDA

Com a queda, o Brasil ficou 85 milhões de toneladas acima da meta para 2025 assumida no Acordo de Paris, em 2015, que previa limitar as emissões líquidas a 1,32 bilhão de toneladas. “Infelizmente a gente ficou ainda um pouco acima, mas bem próximo da meta”, disse Tsai. Dados prévios do Observatório do Clima indicam que, em 2026, o desmatamento pode ter emissão líquida negativa.

Para regiões agrícolas como o Sudoeste Goiano, o dado reforça a pressão de compradores internacionais por produção sem desmatamento e abre espaço para práticas que reduzem emissões, como integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto e recuperação de pastagens.

Fonte: Agência Brasil

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19839

Rio Verde perde o técnico do acesso: Luan Carlos deixa o clube rumo ao Nacional do Amazonas, e o Verdão do Sudoeste busca novo comandante para a elite do Goianão



Torcida do Rio Verde em jogo do clube. Foto: Claiton Borges (CC BY-SA 3.0), via Wikimedia Commons

O Esporte Clube Rio Verde anunciou na terça-feira (20) a saída do técnico Luan Carlos, que comandou o time do Sudoeste Goiano no título da Divisão de Acesso do Campeonato Goiano e na volta à elite estadual. O treinador vinha conversando com a diretoria sobre a renovação para 2027, mas

aceitou nos últimos dias uma proposta do Nacional, de Manaus.

Segundo o clube, as tratativas para a permanência estavam em andamento quando surgiu a oferta do time amazonense. A diretoria do Rio Verde deve anunciar o novo técnico nos próximos dias, para começar a montar o elenco da próxima temporada.

TEMPORADA DE BONS NÚMEROS

Luan Carlos teve um 2026 movimentado no futebol goiano. Além do acesso com o Rio Verde, ele assumiu o Anápolis na reta final da Série C do Campeonato Brasileiro e conseguiu evitar o rebaixamento: em cinco jogos, foram três vitórias, um empate e uma derrota. No início do ano, o treinador havia passado pelo Crac, de Catalão, onde não teve bons resultados, com dois empates e três derrotas em cinco partidas, e acabou demitido.

GOIANÃO 2027

O Rio Verde e o Goianésia foram os dois clubes que subiram para a primeira divisão

do Campeonato Goiano de 2027. O estadual deve começar no início de janeiro, calendário que pode ser ajustado caso algum clube goiano conquiste o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro nesta temporada. Atlético-GO e Vila Nova estão na briga pelas primeiras posições da Série B, e o Goiás corre por fora, a cinco pontos do G-6.

O retorno do Rio Verde à elite recoloca o Sudoeste Goiano com mais força no Goianão. O clube tem uma das maiores torcidas do interior do estado e manda os jogos no estádio Mozart Veloso do Val, a cerca de 90 quilômetros de Jataí.

A chegada de um novo treinador com pouco tempo de preparação será o primeiro desafio do clube para 2027. A diretoria não divulgou nomes em negociação.

Com informações de: Mais Goiás

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19827

Quaest: Flávio Bolsonaro tem 45% e Lula, 44%, a quatro dias do segundo turno; candidato do PL lidera pela segunda semana seguida, em empate técnico



Urna eletrônica modelo UE2020. Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE (domínio público), via Wikimedia Commons

Pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira (21) mostra o senador Flávio Bolsonaro (PL) com 45% das intenções de voto para presidente no segundo turno, contra 44% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição. Como a

margem de erro é de dois pontos, os dois estão em empate técnico.

É a segunda rodada seguida da Quaest com o candidato do PL numericamente à frente. Na pesquisa anterior, de uma semana atrás, Flávio tinha 46% e Lula, 44%. Votos brancos e nulos somam 9%, e 2% não souberam ou não responderam.

ESPONTÂNEA EMPATADA

Na pergunta espontânea, quando o entrevistador não apresenta a lista de candidatos, Flávio e Lula aparecem com 40% cada. Os indecisos são 14%, e brancos e nulos, 6%. A Quaest ouviu 2.154 eleitores entre 17 e 20 de outubro. O nível de confiança é de 95%, e a pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número BR-08535/2026.

O PRIMEIRO TURNO

No primeiro turno, em 4 de outubro, Flávio Bolsonaro terminou na frente, com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula, uma diferença de cerca de 2,2 milhões de eleitores. Augusto Cury ficou em terceiro, com 2,89%, seguido de Renan Santos

(Missão), com 2,24%, e do ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD), com 2,18%.

Em Goiás, o candidato do PL teve 53,6% dos votos válidos no primeiro turno, e em Jataí, 62,5%, segundo os resultados oficiais do TSE. Na reta final, Flávio esteve no estado nesta semana para gravar vídeos de apoio com mais de 30 artistas sertanejos na fazenda do senador Wilder Moraes (PL).

RETA FINAL

A campanha entra nos últimos dias com o debate entre os dois candidatos marcado na TV Globo e acusações de parte a parte. A oposição tem explorado as investigações sobre a relação de Lulinha, filho do presidente, com a lobista Roberta Luchsinger, enquanto a Polícia Federal aponta que o advogado Willer Tomaz, investigado em inquérito no STF, pagou para remover da internet links de notícias sobre sua relação com Flávio. A votação será no domingo (25), das 8h às 17h, horário de Brasília.

Com informações de: Mais Goiás e Jornal Opção

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19821

Milei lança plano de demissão voluntária que pode cortar mais 21 mil servidores na Argentina; governo já eliminou 77,5 mil postos desde 2023



Casa Rosada, sede do governo da Argentina, em Buenos Aires. Foto: Sombra Inquieta (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O governo do presidente da Argentina, Javier Milei, publicou na segunda-feira (19) um decreto com um plano de demissão voluntária que pode alcançar até 21 mil servidores públicos federais. As vagas de quem aderir serão extintas de forma permanente. Desde que Milei assumiu, em dezembro de 2023, o Estado argentino já fechou cerca de 77,5 mil postos de trabalho.

O Decreto 1.203/2026 vale para três grupos dentro do serviço público federal, com exceção de militares e de funcionários das áreas de segurança e inteligência. O foco são servidores com idade entre 58 e 64 anos ou que já cumprem os requisitos para se aposentar.

COMO FUNCIONA

Entre as modalidades previstas está o pagamento de um salário por ano trabalhado no Estado, além de uma renda mensal equivalente a 60% do salário pelos três anos seguintes. O ministro da Desregulação e Transformação do Estado, Federico Sturzenegger, afirmou que quem aderir não poderá voltar a trabalhar no setor público por oito anos, “para evitar uma porta giratória”.

A MOTOSSERRA EM NÚMEROS

Segundo informe do próprio governo, entre dezembro de 2023 e agosto de 2026 foram suprimidos 77,5 mil postos: 44,7 mil na administração pública direta e indireta, 11,1 mil nas Forças Armadas e forças de segurança e 21,6 mil em empresas estatais. A administração pública nacional reduziu o quadro em 21,8%, e as estatais, em 23,7%. O governo calcula uma economia de US\$ 3,2 bilhões e diz que a medida “reflete o

compromisso com a redução do gasto público”.

A Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), principal sindicato do funcionalismo, reagiu. O secretário-geral da entidade, Rodolfo Aguiar, acusa chefias de pressionar funcionários a aderir. “Se é realmente voluntário, por que estão ameaçando os trabalhadores?”, questionou. A ATE vai recomendar que os servidores não aceitem o plano, lembrando a experiência dos anos 1990, quando programas parecidos deixaram milhares de pessoas sem emprego e sem aposentadoria. O governo sustenta que a adesão é livre.

RELAÇÃO COM O BRASIL

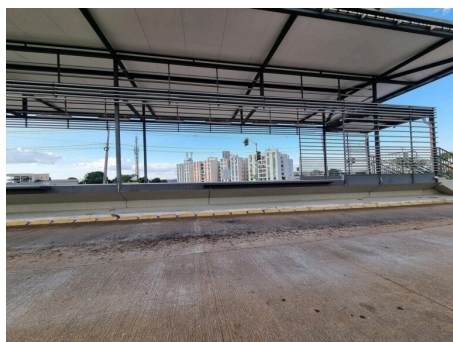
O anúncio ocorre em meio a novo atrito diplomático com o Brasil. Na terça-feira (20), o Itamaraty divulgou nota de repúdio depois que Milei insinuou, nas redes sociais, risco de fraude no segundo turno brasileiro. O Brasil está sem embaixador em Buenos Aires desde agosto. O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina, e as duas economias são muito integradas, sobretudo nos setores automotivo e industrial.

Fonte: Agência Brasil e Agência Brasil

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19825

VARIEDADES

Aniversário de Goiânia muda trajeto de 33 linhas de ônibus até domingo; BRT Norte-Sul sai da Avenida Goiás e estações ficam sem atendimento



Estação do BRT Norte-Sul na Avenida Goiás, em Goiânia. Foto: Fronteira (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Quem vai a Goiânia nesta semana ou depende do transporte coletivo da capital precisa ficar atento: 33 linhas de ônibus estão com itinerário alterado até domingo (25) por causa das comemorações dos 93 anos da cidade, celebrados no sábado (24). Há desvios de rota e suspensão

temporária de estações e pontos de embarque, principalmente no Centro.

As mudanças afetam o BRT Norte-Sul e ônibus que passam pela Avenida Goiás, pela Rua 68 e pela Avenida Independência, onde estão montadas as estruturas da festa.

BRT NORTE-SUL

- linhas NS1, NS2 e NS3: desde terça-feira (20), não passam pela Avenida Goiás entre as estações Mangalô e Murici; seguem pela Avenida Paranaíba, Rua 74 e Avenida Leste-Oeste;
- linha NS4: embarque só no Terminal Paulo Garcia e na Estação Pitanga; as estações Mangaba e Murici ficam sem atendimento.

OUTRAS LINHAS

- Rua 68: as linhas 003, 008, 017, 029, 035, 042, 168, 169, 170, 180, 187, 193, 277, 406 e 611 são desviadas pela Avenida Paranaíba, com acesso à Rua 74;
- a partir de sexta-feira (23), as linhas 601, 602 e 603 também passam pela Avenida Paranaíba e Rua 74, e os pontos 498 e 499 deixam de ser atendidos;

- as linhas 225, 304, 400, 401, 403, 405, 406, 598, 605, 606 e 935 também têm trajeto alterado;
- Avenida Independência: no sentido Terminal Praça A, os ônibus seguem pela Avenida Contorno e Avenida Leste-Oeste; no sentido Terminal Praça da Bíblia, o retorno é pela Rua 44. Os pontos 2911, 2912 e 1342 ficam desativados.

PROGRAMAÇÃO

A festa inclui o Festival Viva Goiânia, com shows gratuitos na Avenida Goiás, o tradicional bolo de aniversário, que neste ano deve passar de uma tonelada, e uma exposição de artes visuais no Setor Central. A orientação aos passageiros é consultar o trajeto antes de sair de casa e procurar as estações que continuam funcionando.

Para quem sai de Jataí rumo à capital, a cerca de 320 quilômetros, o movimento no Centro deve ser intenso na sexta e no sábado. A dica é deixar o carro fora da área dos eventos e usar o transporte coletivo ou aplicativos, respeitando os desvios.

Com informações de: Mais Goiás

ENTRETERIMENTO

Goiânia 93 anos: exposição gratuita reúne 29 artistas e homenageia Amaury Menezes; abertura é nesta sexta, na galeria da AGAV, no Centro



Monumento às Três Raças, na Praça Cívica, um dos símbolos de Goiânia. Foto: Larissa Cavalcante Almeida (CC0), via Wikimedia Commons

Para celebrar os 93 anos de Goiânia, comemorados neste sábado (24), a Associação Goiana de Artes Visuais (AGAV) abre na sexta-feira (23) a exposição coletiva “Nossa Cultura, Nossos Costumes”, com obras de 29 artistas que retratam a capital a partir das paisagens, tradições, memórias e do dia a dia de quem vive nela. A entrada é gratuita.

A abertura será às 19h, na AGAV Galeria de Arte, na Rua 5, nº 466, no Setor Central. Depois, a mostra fica aberta para visitação de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, até 19 de novembro.

HOMENAGEM A AMAURY MENEZES

A exposição também homenageia o artista visual Amaury Menezes, nome importante na história das artes plásticas em Goiás e conhecido pelas aquarelas da cidade. “Precisamos reverenciar artistas, como o Amaury, que fez história, que nos ensinou e ainda ensina”, afirmou a presidenta da AGAV, Carol Borges.

Segundo ela, a proposta é que o público se reconheça nas obras. “Acho que o mais surpreendente vai ser perceber o que cada pessoa tem de Goiânia dentro de si. Às vezes, o lugar que para nós parece comum carrega uma história especial para outra pessoa”, disse.

MUITAS TÉCNICAS

Os trabalhos usam óleo e acrílico sobre tela, fotografia, grafite, estêncil e gravura. A ideia é mostrar uma Goiânia que vai além dos monumentos, com manifestações populares, hábitos e histórias de vida. Uma das pinturas, de Pedro Galvão, retrata um piquenique no Parque Flamboyant.

Participam Abadia Gonçalves, Andrya Menezes, Carlos Eduardo Reis, Célia Fraia, Cleide Nazareth, Cris Silva, Divanessa, Dorothy Hannas, Euclides Arrais, Fernanda Porto, Helenilce Gusmão, Hudson Curvo, Ivana Martins, Ionara Novais, Liah, M^a Francisca S. B., Marileia Lasprilla, Maria Olina, Nádia Pires, Nata, Nelze Bernardes, Pedro Campos, Pedro Galvão, R. Júnior, Randes, Ricardo Santiago, Selma Di Medeiros, Solange Soares e Tio Arte.

SERVIÇO

- Exposição: “Nossa Cultura, Nossos Costumes”;
- Abertura: sexta-feira (23), às 19h;
- Visitação: de segunda a sexta, das 9h às 16h, até 19 de novembro;
- Local: AGAV Galeria de Arte, Rua 5, nº 466, Setor Central, Goiânia;
- Entrada gratuita.

A programação de aniversário da capital inclui ainda o Festival Viva Goiânia, com shows gratuitos na Avenida Goiás na sexta e no sábado.

Com informações de: Mais Goiás e Jornal Opção

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19837

DIVERSOS

TJGO derruba 12 tipos de cargos comissionados e oito funções gratificadas da Prefeitura de Formosa; município já tinha sido mandado exonerar 477 servidores



Sede da Prefeitura de Formosa, no Entorno do DF. Foto: Divulgação (via O Cerradão)

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) declarou, por unanimidade, inconstitucionais 12 categorias de cargos comissionados e oito modalidades de funções gratificadas da Prefeitura de Formosa, no Entorno do Distrito Federal. Os postos tinham sido criados pela Lei Municipal nº 1.045/2025. É a segunda derrota judicial recente do município por causa de nomeações sem concurso.

A decisão foi tomada no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo procurador-geral de Justiça de Goiás, sob relatoria do desembargador Reinaldo Alves Ferreira. Para o colegiado, parte dos cargos criados pela lei não atendia às exigências da Constituição para nomeações de livre escolha do prefeito.

QUAIS CARGOS CAÍRAM

Foram declarados inconstitucionais os cargos de superintendente executivo, superintendente, subprocurador, subprocurador II, chefe de gabinete, coordenador I e II, gerente e assessores dos níveis I a IV, além das funções gratificadas FG1 a FG8.

- assessores III e IV recebiam tarefas administrativas, técnicas e operacionais, que não são de direção, chefia ou assessoramento, únicas que justificam cargo em comissão;
- os subprocuradores faziam pareceres, consultoria jurídica e acompanhamento de processos, atividades típicas da advocacia pública, que exigem concurso;
- as funções gratificadas foram criadas sem a definição em lei do número de vagas, o que transferia ao Executivo uma decisão que cabe à Câmara.

O entendimento segue o Tema 1.010 do Supremo Tribunal Federal, que limita os cargos comissionados a funções de comando e assessoramento e proíbe seu uso para trabalho burocrático de rotina.

REINCIDÊNCIA

Em outra ação, movida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), a Vara das Fazendas Públicas de Formosa já havia mandado exonerar imediatamente 477 comissionados nomeados com base na Lei

Municipal nº 610/2020 e em normas posteriores. Diante do descumprimento apontado no processo e da criação de novos cargos questionados, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil ao prefeito, limitada a R\$ 100 mil, sem prejuízo de apuração por crime de desobediência.

O TJGO definiu que os efeitos da nova decisão começam em 14 de outubro de 2026. A partir dessa data, os pagamentos ligados aos cargos e funções derrubados devem ser interrompidos. Os valores

recebidos antes não precisarão ser devolvidos, em respeito à boa-fé de quem ocupava os postos.

A Prefeitura de Formosa, comandada pela prefeita Simone Ribeiro, enfrenta também atrasos salariais, protestos de servidores e uma CPI na Câmara Municipal sobre a gestão financeira. A administração pode recorrer da decisão.

Fonte: O Cerradão

Publicado às 12h33 · diariodejatai.com.br/?p=19829

PUBLICAÇÕES LEGAIS E EDITAIS

Editais, avisos de licença ambiental, convocações e notificações veiculados no Diário de Jataí em outubro de 2026, até 21/10/2026, reproduzidos na íntegra.

PUBLICADAS EM

09/10/2026

RIO CLARO ARMAZÉNS GERAIS LTDA

CPF/CNPJ: 23.265.055/0001-29

Torna público que REQUEREU junto a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, a renovação da Licença Ambiental de Funcionamento/Operação, para atividade de Armazéns Gerais, localizada no Anel viário da Estrada do Córrego Queixada, 1º retorno a esquerda km 02 a direita, zona de expansão urbana, Jataí – GO.

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SMMA

Publicado e Registrado em 9 de outubro de 2026.

PUBLICADAS EM 13/10/2026

ROSANA DE CARVALHO

CPF/CNPJ: 026.229.931-37

Torna público que REQUEREU junto a Secretaria de Meio Ambiente, a Mudança de titularidade da Licença Ambiental nº 043/2026, atualmente licenciada sobre a razão social Jurucey Carvalho Barros CPF 016.294.411-04 para atividade Pecuária extensiva e semiextensiva, localizada na Fazenda Capão Grande, Jataí – GO.

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.

Publicado e Registrado em 13 de outubro de 2026.

PUBLICADAS EM 21/10/2026

RIO CLARO ARMAZÉNS GERAIS LTDA

CPF/CNPJ: 23.265.055/0001-29

Torna público que REQUEREU junto a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, a emissão da Licença Ambiental Corretiva – LAC, para atividade de Armazéns Gerais, localizada no Anel viário da Estrada do Córrego Queixada, 1º retorno a esquerda km 02 a direita, zona de expansão urbana, Jataí – GO.

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SMMA

Publicado e Registrado em 21 de outubro de 2026.

Diário de Jataí · Jornal on-line de Jataí (GO) · diariodejatai.com.br

Edição de quarta-feira, 21 de outubro de 2026: 16 matérias publicadas no dia, na íntegra, e 3 publicações legais do mês. O endereço curto no fim de cada matéria leva à versão do site, com as fontes e os links.

Gerada em 22/10/2026.